

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

editorial

ORÇAMENTO 2022, CARESTIA, GUERRA

Governo e patronato declaram guerra social aos trabalhadores!

A guerra imperialista na Ucrânia (ver páginas centrais) serve aos governos capitalistas para desferir ataques violentos contra os trabalhadores de todos os países, a começar pelos da Rússia e da Ucrânia, e para enfraquecer o movimento operário e sindical.

Aproveitando as falhas de aprovisionamento, especuladores, capitalistas e açambarcadores aumentam os preços dos combustíveis e dos alimentos.

Em muitos países desenvolvidos, a inflação atinge 10%.

Entretanto, o governo Costa aumenta os funcionários públicos 0,9%. E mantém a caducidade dos contratos colectivos, impedindo aumentos no privado.

Face à inflação, o governo decidiu que os trabalhadores terão de engolir quedas do salário real de até 10% num só ano, a acumular às que têm sofrido desde o início do século. Centenas de milhar mais cairão na pobreza.

À sua curiosa maneira, António Costa pôs o orçamento 2022 sob o signo da “recuperação da parte dos salários no PIB”.

Como? Diminuindo brutalmente essa quota!

Todo o aumento de preços, diz Costa, para evitar uma espiral inflacionista... há-de reverter unicamente em aumento de lucros e juros.

O que Costa faz, fá-lo às ordens da UE e dos chefes de guerra da NATO.

Enquanto Biden declara guerra à China, NATO e UE aumentam centenas de milhar de milhões aos orçamentos dos seus exércitos. Na Alemanha, por decisão do governo do SPD, sob a pressão do Partido Verde (ex-“pacifista”, agora ultra-militarista), o orçamento da guerra mais do que duplica.

O comissário “económico” de Bruxelas, Gentiloni, deixa o recado: quais 0,9%, qual nenhum aumento de salários e pensões!

E, sobretudo: cuidem-se, que a partir do ano que vem acaba a derrogação aos critérios de Maastricht. E acaba a brincadeira. O garrote da austeridade será a dobrar.

Para dobrar se prepara também Costa.

Aos trabalhadores, em contrapartida, para sobreviver, só resta a via da resistência. A resistência à escalada bélica imperialista e a resistência à guerra social.

Para socialistas e comunistas, a única tarefa do momento é criar as condições para unir essa resistência: para levantar a temida força da classe trabalhadora unida.

Indicam o caminho as múltiplas greves, a do metro de Lisboa, a da manutenção da TAP, a dos maquinistas, a dos revisores da CP, dos motoristas da Rodoviária, as dos milhares e milhares de grevistas que procuram maneiras de unir todas essas lutas numa frente de resistência única – na greve geral contra a guerra militar e contra a guerra social.

Para isso, é preciso que o movimento operário recupere a sua total independência política e económica do patronato e do seu Estado.

Para isso, é preciso que os trabalhadores voltem a ter a sua própria imprensa, independente dos grupos económicos.

Para isso, são necessárias direcções sindicais e comissões de trabalhadores de combate.

É preciso reconstituir partidos políticos só dedicados aos interesses dos trabalhadores e só responsáveis perante a classe trabalhadora.

AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS
CONGELAMENTO DOS PREÇOS
FIM DA CADUCIDADE, FIM DA PRECARIEDADE
TRABALHADORES ATACADOS,
NÃO PODEM FICAR ISOLADOS

A classe trabalhadora e a sua luta unida representam a única esperança para salvar a humanidade da catástrofe civilizacional, social e ambiental – substituindo à lógica do interesse privado a lógica do interesse colectivo das populações, das nações e de toda a humanidade, preservando a civilização e o ambiente humano para as gerações futuras.

Como nasceu a Ucrânia moderna?

Ao anunciar a invasão da Ucrânia, em finais de Fevereiro, Putin fez um discurso raivoso em que amaldiçoou Lenin e os bolcheviques por terem criado a Ucrânia.

Com razão. Foi a revolução russa de 1917 que deu à Ucrânia e às outras nações oprimidas do império dos czars, pela primeira vez, o direito a determinarem o seu próprio destino, depois de séculos de subjugação aos impérios russo, austro-húngaro e à Polónia.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), união de repúblicas livres, foi a expressão dessa política de autodeterminação dos povos promovida pela revolução operária e camponesa.

Contudo, alguns anos mais tarde, a partir de meados dos anos vinte, a contra-revolução burocrática “estalinista” (do nome do seu chefe) tomou o poder na URSS. Expropriou o poder político dos soviets (“conselhos”) de deputados operários e camponeses e liquidou grande parte do partido bolchevique, a fim de poder consolidar os seus privilégios na distribuição e consumo de bens. Não lhe era ainda possível suprimir a propriedade colectiva dos meios de produção instaurada pela revolução e restaurar o capitalismo.

No entanto, o estalinismo trouxe de volta ideologias reacţionárias e retrógradas. Regressou, nomeadamente, a prática imperial “grã-russa” e, com ela, numerosas formas de opressão nacional.

Apesar disso, é na génese revolucionária e democrática da União Soviética que se encontra a causa última de a sua própria dissolução, ainda que sob o açoitamento da restauração capitalista, se ter podido dar de forma “pacífica”, no final do século passado.

A Ucrânia, a Rússia e a Bielorrússia dissolveram a URSS

Em finais de 1991, Boris Ieltsin, o antecessor de Putin na presidência da Federação Russa, a maior república constituinte da URSS, propôs aos chefes dos partidos comunistas da Bielorrússia e da Ucrânia que os três países denunciasses o Tratado que constituía a URSS em 1922. Cada um seguiria o seu caminho, formando apenas uma comunidade de nações independentes.

A ideia era tirar o tapete ao presidente da URSS (Gorbachev) e acelerar o processo de contra-revolução capitalista em cada país.

Reunidos na Bielorrússia, os presidentes da Bielorrússia e da Ucrânia aceitaram a proposta de separação.

Nesses anos, grupos saídos do aparelho burocrático estalinista, especialmente da polícia política, procediam à pilhagem sistemática da propriedade estatal, assim na Rússia como na Ucrânia e restantes repúblicas da URSS.

Donde vieram os oligarcas

Para mascarar a brutal expropriação da propriedade social e evitar a revolta popular, o FMI e o Banco Mundial aconselharam um modelo de privatização que foi prontamente aceite: distribuir à população “vouchers” que habilitassem à compra de acções das empresas estatais, assim privatizadas. Era uma farsa inspirada no “capitalismo popular” de Thatcher e Reagan.

A operação-relâmpago, despachada em 1993, nunca teve, note-se, nenhuma forma de legitimação eleitoral.

Os “vouchers” assim distribuídos não valiam nada para os trabalhadores que os receberam. A restauração do capitalismo nestes países caracterizou-se por uma inflação galopante (milhares por cento anuais) e pelo empobrecimento fulminante da população, pelo encerramento de empresas e despedimentos em massa, pela entrada em catadupa de capitais e mercadorias estrangeiras. Nenhum trabalhador tinha uso para pedaços de papel sem valor.

Disso se aproveitaram mafias que então se organizaram a partir dos KGBs de cada república, que compraram em série os vouchers aos trabalhadores – por tuta e meia.

Os chefes dessas mafias tornaram-se, da noite para o dia, e quase de graça, proprietários de empresas e grupos gigantes. E, dados os recursos que controlavam, sobretudo nos sectores da energia, matérias-primas e mineração (petróleo, gás, etc.), essas empresas tornaram-se de repente muito valiosas no mercado mundial.

“Oligarcas” russos e ucranianos: agentes do saque da Europa de Leste pelo grande capital mundial

Escreve o economista Th. Piketty que a fortuna acumulada pelos novos multimilionários (“oligarcas”) russos entre 2000 e 2010, tal como registada pela revista Forbes, ascendeu a um valor equivalente a entre 30 e 40% do rendimento nacional da Rússia-uma parcela três a quatro vezes superior à correspondente a países como os EUA ou a Alemanha, onde esses anos foram também, no entanto, de aumento brutal dos lucros. Particularidade adicional: enquanto as fortunas acumuladas pelos grandes capitalistas das velhas potências imperialistas ficaram guardadas nos próprios países – e apenas em parte em paraísos fiscais que são, de

A guerra da Ucrânia:

UMA GUERRA IMPERIALISTA CONTRA OS POVOS DA RÚSSIA, DA UCRÂNIA E DO MUNDO

Envolve a guerra da Ucrânia a habitual névoa de propaganda e desinformação criada pelos beligerantes.

Nos países imperialistas, nos grandes, mas também nos anexos, como o nosso, adensa essa névoa uma campanha da comunicação social que é tão unânime como é obtusa.

Ora, é importante que os militantes que se batem pelo socialismo e pelos interesses dos trabalhadores de todo o mundo compreendam o que se joga nesta guerra e quais são os interesses envolvidos.

Este artigo propõe-se contribuir para esse esclarecimento.

qualquer maneira, suas extensões – , no caso dos russos (e ucranianos, etc.) passou-se o contrário.

Pelos cálculos de Piketty, usando fontes oficiais, o valor dos activos financeiros detidos por titulares de um dado país através de paraísos fiscais é significativo, mas limitado. A média mundial é de 10%, variando o valor de país para país. No caso dos EUA, em 2015, estavam em paraísos fiscais 4% dos activos financeiros totais dos capitalistas americanos. No caso da Europa, à volta de 10%. No caso de países neocoloniais, cujas classes proprietárias pertencem, para todos os efeitos, às metrópoles imperialistas e não ao próprio país que governam, os valores eram de 22% (América Latina) e 30% (África). Já no caso da Rússia, a estimativa, por baixo, era de... 50%. Valor comparável só se encontra nas monarquias petrolíferas do Golfo (57%), cujas classes dominantes são senhores feudais, pré-capitalistas, que só se mantêm no poder pela graça do exército e da finança americanos.

Novos imperialismos aspirantes à hegemonia?

É uma evidência que a restauração do capitalismo na Europa de Leste não deu lugar ao desenvolvimento de capitalisms nacionais fortes, ou mesmo de imperialismos concorrentes dos estabelecidos.

Piketty estima que, entre 1993 e 2018, a fuga de capitais russos para o estrangeiro tenha atingido, em estimativa por baixo, cerca de 10% do PIB russo. O espólio do saque da Rússia e dos outros países da Europa de Leste foi abocanhado pelos mercados mundiais de capitais, controlados de Wall Street, Londres e Franqueforte. Alguns oligarcas nominalmente russos – muitos deles com cidadanias alternativas, por causa das coisas – passaram a integrar esses mercados como figuras menores.

Lembrar-se-ão alguns de que, antes da crise de 2007/09, se ouvia e lia com frequência que os multimilionários russos (e chineses) estavam escalando aos lugares cimeiros da hierarquia das fortunas do mundo (conforme o tradicional escrutínio da revista Forbes) e que a sua ascensão iria desafiar a hegemonia americana. A crise de 2007/09 acabou com tais devaneios. Nalguns casos, a crise “limpou” 90% da fortuna dos oligarcas russos. Na prática, transferiu grande parte do espólio do saque da ex-URSS directamente para o grande capital americano e europeu, a verdadeira oligarquia do mundo. Os russos despenharam-se na hierarquia Forbes. Não caíram propriamente na pobreza. Mas aprenderam quem manda.

O “grande capital” russo é um anexo rentista do grande capital americano e europeu.

A rescisão do acordo entre o imperialismo e a direcção do Partido Comunista Chinês

A crise de 2007/09 não assinalou apenas o fim das ilusões dos oligarcas russos – assim confundindo a legião de analistas superficiais que neles descobrira novos aspirantes à “hegemonia” mundial. A crise marcou, sobretudo, o fim de outro ciclo.

Foi o toque a finados do “compromisso histórico” celebrado nos anos noventa entre o imperialismo americano (com os seus satélites europeus) e a chefia do Partido Comunista Chinês.

Nessa altura, os chefes do PCC, aterrorizados pelo que acontecera aos seus homólogos soviéticos, decidiram acelerar a sua “política de abertura” ao capital. Celebraram um acordo tácito com o imperialismo que inaugurou uma era em que quantidades sem precedentes de capitais americanos, alemães, etc., foram investidos na China. A China transformou-se na “fábrica do mundo”. As metrópoles imperialistas desindustrializaram-se. As suas classes trabalhadoras perderam capacidade de reivindicar e impor aumentos salariais e outras conquistas, sofrendo reveses importantes.

A contrapartida, da parte do imperialismo, foi aceitar não pôr sistematicamente em causa o poder do Partido Comunista Chinês e o controle do Estado chinês sobre os movimentos financeiros e de capitais e as importações para o seu mercado interno.

Porém, como acontece com todas as “expansões” produtoras de super-lucros, também este acordo histórico cedo desaguou numa nova crise financeira e de superprodução. É uma inevitabilidade inerente ao modo de produção capitalista, sobretudo na sua fase imperialista.

Neste caso, a crise, que rebentou em 2007 nos EUA, tomou proporções assustadoras e sem precedentes.

No seu rescaldo, o governo americano e seus associados adoptaram uma política de impressão de quantidades inimagináveis de moeda e de crédito ilimitado dos seus bancos centrais para tentar sustar o colapso. No entanto, “superar” a crise (ainda que provisoriamente) só é possível com nova expansão, novos mercados, novos e maiores super-lucros.

“Viragem para o Pacífico”

Ora, os únicos mercados a que o imperialismo hoje ainda não tem acesso pleno e de onde poderia provir uma nova expansão se eles lhe fossem escancarados sem restrições são os gigantes mercados internos de mercadorias, capitais e finança da China. Para os abrir, tornava-se, porém, necessário denunciar o acordo com a direcção do PC chinês – e impor a restauração capitalista plena na China. Só que isso equivale forçosamente a apagar o poder a burocracia enquanto grupo social e a provocar convulsões sociais e políticas profundas.

A “viragem para o Pacífico” proclamada por Obama e prosseguida por todas as administrações seguintes representa essa mudança de orientação do imperialismo americano em relação à China.

Em que entra a Rússia nisto? Embora secundariamente, a crise também tornou insustentáveis as dispendiosas “comissões” que o grande capital internacional tem de pagar aos oligarcas e ao Estado russo pelo acesso às abundantes fontes de matérias-primas e recursos da Rússia. Estas “comissões” representam, no fundo, a essência do que as mafias russas são.

O estrangulamento político e militar crescente da Rússia pelo imperialismo americano, mais a trintena dos seus anões europeus, através da UE e da NATO, é a expressão política desta viragem.

Na Ucrânia, só interessa saber quem é o agressor, tudo o resto é “putinismo”?

É tudo o que se ouve e lê no “mundo ocidental”, seja nos meios de comunicação especializados no embrutecimento das massas, seja nos mais esclarecidos.

Mas é pura propaganda, tão embrutecedora como embrutecida.

As guerras coloniais da segunda metade do século XX não foram iniciadas pelas potências coloniais. Foram iniciadas por movimentos de libertação dos países colonizados, não raro a partir de países vizinhos. No entanto, se alguém hoje dissesse a seu propósito que “a única coisa que interessa é saber quem foi o agressor”, alguém faria caso?

Não há paralelos significativos entre as guerras de libertação das colónias e a actual guerra da Ucrânia. Mas o facto, só por si, de ter sido a Rússia a invadir a Ucrânia só esgota a caracterização da guerra para espíritos habituados a pregar uma “moral” que é tanto mais interessada quanto mais se proclama absoluta.

Porque invadiu Putin a Ucrânia? A natureza do putinismo

A ascensão de Putin ao poder foi uma mistura de saga mafiosa e bonapartismo clássico. Num momento chave, Putin alcandorou-se a árbitro dos vários clãs que, na imensa extensão da Rússia, disputavam a rapina do país. Para isso, teve de disciplinar os chefes mafiosos, eliminando os que ousaram desafiar a sua autoridade. Deixou atrás de si um cortejo de “liquidações” e prisões. Teve de segurar com mão de ferro o aparelho de Estado, corrupto e minado pela pilhagem generalizada. Usou, para isso, a estrutura do seu KGB. E, sobretudo, teve de colocar-se acima das classes, proclamando a identidade entre a sua pessoa e a unidade da nação. Fez parte desse desígnio a ressurreição da velha e desacreditada igreja ortodoxa russa, sedenta de benesses e de um lugar dourado à mesa.

No entanto, esta posição tornou Putin muito dependente da complacência do imperialismo americano. Logo que ascendeu ao poder, Putin sondou a possibilidade de a Rússia aderir à UE e, depois, até à NATO.

Ora a Rússia, pela sua posição de potência nuclear, pela sua extensão e pela sua riqueza em matérias-primas estratégicas, representava um problema bem mais complexo do que a absorção das mafias saídas da restauração do capitalismo nos países mais pequenos da Europa de Leste. Nestes, os pequenos oligarcas locais contentaram-se, com mais ou menos fricções (incluindo guerras, no caso dos Balcãs), em reciclar-se em agentes locais dos imperialismos alemão, britânico, francês e, sobretudo, americano.

O cerco à Rússia e o dilema de Putin

Entretanto, a crise de 2007/09 fez evaporar a complacência do “Ocidente” com a Rússia de Putin (e, mais importantemente, com o PC Chinês). O cerco económico, político e militar ocidental não se deteve na absorção de toda a Europa de Leste para a órbita económica e militar da UE e dos EUA, mediada pelos processos de adesão à UE e à NATO e de bombardeamento da Sérvia. Ampliou-se às antigas repúblicas da URSS, cujas mafias locais, de natureza idêntica à russa, mas sem a extensão do país e as suas armas nucleares, iam concluindo pela vantagem de negociar o seu papel parasitário directamente com a UE e os EUA.

Neste contexto, a perspectiva de adesão da Ucrânia à NATO e, potencialmente, de estacionamento de armas nucleares americanas a poucas centenas de quilómetros de Moscovo representava a falência definitiva do bonapartismo putinista como única força pretensamente capaz de evitar a humilhação total de uma Rússia abandonada ao saque interno e externo.

Putin arriscava-se a perder o que lhe restava de apoio popular e, perdido este, a base de sustentação do seu lugar de árbitro, todo-poderoso entre os clãs. Arriscava a queda. Só lhe restava a fuga em frente.

Esse é o contexto da invasão da Ucrânia, nascida não da força, mas da fragueza da Rússia, exaurida pela restauração do capitalismo e pelo saque organizado de mafias que alimentam os circuitos de acumulação do capital imperialista internacional.

O exército russo encontrou a resistência do povo ucraniano. Mas face ao exército russo está a NATO: as armas da NATO, o treino da NATO, o dinheiro da NATO e até chefias da NATO. Só a carne para canhão é russa, de um lado, e ucraniana, do outro.

A invasão, prova de aspirações imperialistas hegemónicas da Rússia?

É notório que, com o advento da era imperialista, no início do séc. XX, a ascensão de novas potências com aspirações hegemónicas passou a só ser possível mediante guerras que alterassem os termos da partilha do mundo. Quando as potências aspirantes (Alemanha, Japão, EUA, Itália), cujo poderio económico se aproximara do das velhas potências hegemónicas (Grã-Bretanha e França) ou mesmo o ultrapassara, lançaram o seu desafio, o resultado foram guerras mundiais – com destinos diferentes para os vários envolvidos.

Ora, hoje a economia russa é um pouco maior do que a espanhola, mas menor do que a italiana. É praticamente metade da francesa, 40% da alemã. Representa menos de 10% da economia americana. Números idênticos se aplicam aos orçamentos militares respectivos.

Os génios que vêm na acção desesperada de Putin na Ucrânia a imparável expansão de uma nova potência imperialista hegemónica vivem num mundo de fantasia.

Que consequências tirar?

Não há diferença de natureza entre as mafias oligárquicas russa e ucraniana. Ambas procuram puxar a brasa à sua sardinha num mundo que é controlado pelos poucos milhares de super-milionários de que fala o último relatório da Oxfam (“Lucrar com a dor”), os que lucram com as pandemias e com as vacinas, com as guerras, a venda de armas ofensivas (e de armas defensivas), com o tráfico de drogas (e as clínicas de reabilitação), com a pilhagem e a destruição do mundo e com a miséria dos povos. Regra geral, são americanos, alemães, britânicos, franceses, japoneses, italianos, alguns espanhóis, algum português até.

É claro que, nas circunstâncias, outra coisa não seria de esperar, da mafia russa, senão que invocasse em sua defesa o destino mítico da grande mãe russa; e, da mafia ucraniana, que reivindicasse a liberdade da nação ucraniana oprimida.

Na prática, ambas conduzem internamente idênticas campanhas de repressão e exploração dos trabalhadores e povos do país que parasitam (ver artigos juntos).

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia não é uma guerra entre uma potência imperialista e uma sua (neo)-colónia. É uma guerra imperialista, conduzida “subsidiariamente” por mafias parasitárias que representam a decadência profunda do sistema.

O lugar do movimento operário

O interesse dos trabalhadores do mundo inteiro é o de se mobilizarem ao lado e em solidariedade com a resistência que, na Rússia, com extrema dificuldade e grande coragem, participa nas manifestações do “Não à guerra!”, nas numerosas recusas de soldados a serem mobilizados para a guerra, na luta pela retirada das tropas russas da Ucrânia. E ao lado, também, dos trabalhadores e sindicalistas ucranianos que, com grandes dificuldades, se batem contra a lei de Zelensky e seus patrões oligarcas que suprime o código laboral, reduzindo a relação contratual entre trabalhadores e patrões a uma relação entre indivíduos iguais, regulada apenas pelo código civil. O regresso ao século XIX.

Nem Putin, nem NATO, nem Biden! Retirada das tropas russas da Ucrânia! Dissolução da NATO!

A Guerra é Social, contra os Trabalhadores da Ucrânia, da Rússia e do Mundo

Conforme noticiaram jornalistas da *opendemocracy.net* em 18 de Março e 20 de Maio passados, o parlamento ucraniano aprovou, em Março, “legislação de guerra” que restringiu significativamente os direitos dos trabalhadores relativamente a horas e condições de trabalho, despedimentos e indemnização. Em geral, a lei aumenta o controlo dos patrões sobre a força de trabalho, dá-lhes o direito de suspender acordos colectivos, restringe severamente a capacidade dos sindicatos de representar os seus membros e introduz a figura de “suspensão do emprego” (os funcionários não são despedidos, mas o seu trabalho e salários são suspensos). Em zonas ocupadas ou empresas destruídas, a lei transfere o ónus do pagamento dos salários... para a “potência agressora”!

Todas estas medidas foram apresentadas como temporárias e motivadas pelo estado de guerra.

Entretanto, porém, enquanto os trabalhadores ucranianos são compulsivamente enviados pelas empresas para “atividades de defesa” coordenadas por administrações militares locais em trabalhos não cobertos por contratos de trabalho regulares, os oligarcas ucranianos e o seu governo aproveitam para preparar o futuro. Acabam de voltar à carga com um projecto de lei laboral, inicialmente apresentado ao parlamento em Abril de 2021. Seu objetivo confesso: “liberalizar” e “dessovietizar” definitivamente o código de trabalho do país.

De acordo com este mesmo projeto de lei, os trabalhadores de pequenas e médias empresas

- até 250 funcionários - deixarão de ser abrangidos pela legislação de trabalho, ficando cobertos apenas pelo Código Civil: os contratos de trabalho serão negociados individualmente, sem qualquer restrição, permitindo, por exemplo, o despedimento sem indicação de causa ou um horário de trabalho à discrição do empregador.

Ficariam abrangidos mais de 70% dos trabalhadores ucranianos, remetidos para as relações laborais da primeira metade do séc. XIX!

Formalmente, o projeto de lei foi apresentado por Halyna Tretyakova, chefe do comité parlamentar de política social, e vários outros deputados do Partido Servidor do Povo, o partido do primeiro-ministro Volodimir Zelensky. No entanto, ele foi elaborado por uma ONG ucraniana, o “Office of Simple Solutions and Results”, criada pelo ex-presidente georgiano Mikheil Saakashvili, homem dos EUA, juntamente com associações patronais ucranianas e um programa da **USAID** (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

Por mais de um ano, o projeto de lei foi objecto de contestação dos sindicatos, não conseguindo apoio suficiente entre os legisladores. Mas, em Maio, o parlamento da Ucrânia adoptou-o em primeira leitura, graças, nomeadamente, aos votos de antigos membros do partido “pró-russo”. Prepara-se agora a segunda leitura sob o chamado “procedimento acelerado” – aproveitando enquanto há votos suficientes e subsiste o ambiente militarizado que torna



difícil aos sindicatos bloqueá-lo ou conseguir mudanças significativas (em 18 de Maio, a Representação Unida dos Sindicatos da Ucrânia enviou uma carta aberta aos parlamentares ucranianos, pedindo-lhes que não votassem este projeto de lei 5371 em segunda leitura).

Enquanto cerca de 10 milhões de pessoas deixaram as suas casas, muitas forçadas a fugir para o exterior, enquanto, daqueles que permanecem na Ucrânia, milhões enfrentam a perda dos seus empregos “temporariamente” ou a ameaça de desemprego, os patrões ucranianos aproveitam sem pudor a invasão da Rússia para desferir um ataque mortal aos trabalhadores, promovendo a desregulamentação radical das leis do trabalho que há muito procuram. Da lei resultaria a marginalização dos sindicatos, que já com a lei de Março ficam reduzidos a uma função de “supervisão cidadã”.

Os trabalhadores ucranianos, chamados a darem o seu sangue numa guerra em que se dirimem os interesses dos oligarcas mafiosos da Rússia e da Ucrânia, a expansão da NATO e o domínio absoluto de Wall Street entre Kiev a Pequim, são agora chamados a pagar o custo da guerra com a sua miséria eterna!

rússia PROTESTOS CONTRA A GUERRA E A EXPLORAÇÃO



Apesar da violenta repressão à mínima manifestação de protesto contra a guerra na Ucrânia, um correspondente conta como é “extremamente significativo que vários grupos de soldados se tenham recusado a ir para a Ucrânia. Na verdade, para um soldado alistado, recusar implica despedimento imediato e definitivo do exército e possíveis consequências judiciais”. Entre as recusas colectivas de partida para a Ucrânia de soldados russos registaram-se a de doze membros da Guarda Russa, de Krasnodar (1 de Março), de oitenta marinheiros de um regimento da Crimeia, de sessenta alistados de um regimento de Pskov, de onze membros das forças especiais do ministério do interior da Khacássia, de cinquenta e oito alistados de um regimento de Kalininegrado (29 de Março) e do essencial de um regimento da Ossétia do Sul (31 de Março). Muitos dos soldados alistados vêm das regiões mais pobres, onde o exército é o único empregador.

A guerra provocou uma crise sem precedentes no Partido Comunista, cujos dirigentes “têm

defendido uma posição chauvinista de apoio à guerra, o que não admirou ninguém”. Um responsável regional do Komsomol (*Juventude Comunista*) esclarece: “Na organização do PC da nossa cidade, todos os jovens, sem excepção, mas também algumas pessoas de idade madura e uma parte muito diminuta da direcção são contra a guerra, defendendo posições marxistas. Já os membros mais velhos, os funcionários do partido e a quase totalidade dos dirigentes apoiam a guerra”. Em Surgut (Sibéria Central), cinquenta e sete militantes do PC devolveram o cartão colectivamente, protestando “contra as posições antipopulares e reaccionárias” da direcção. A decisão foi tomada após um discurso de Nikolai Kolomeitsev, deputado e dirigente do PC, que exigira que Putin fizesse um bombardeamento intensivo da capital da Ucrânia.

Por outro lado, um deputado do Partido Comunista do Extremo Oriente da Rússia exigiu o fim da intervenção e a retirada das forças russas. “Entendemos que, se o nosso país não interromper a operação militar, teremos mais órfãos no nosso país”, disse Leonid Vasyukevich numa reunião da Assembleia Legislativa regional de Primorsk no porto de Vladivostok, no Pacífico, no dia 27 de Maio. Estes comentários, dirigidos a Putin, foram mostrados num vídeo postado num canal do Telegram emanado da região. Outro deputado apoiou as opiniões de Vasyukevich, mas o presidente da assembleia legislativa emitiu

posteriormente um comunicado classificando as observações como “provocação política” não apoiada pela maioria dos legisladores.

Na classe operária, a guerra e a propaganda patriótica do Kremlin não conseguiram impedir que eclodissem greves, apesar de as sanções estarem provocando um aumento de 20% dos preços dos produtos alimentares e uma vaga de despedimentos. Conta um militante que “em Novosibirsk, 200 trabalhadores da sociedade de limpeza urbana EkoTrans-N estão em greve desde 19 de Abril de 2022 contra a deterioração das condições de trabalho. Em 9 de Maio, a assembleia geral decidiu constituir um sindicato e, dois dias depois, o sindicato foi registado. A 16 de Maio, o sindicato propôs a abertura de negociações”.

Outro militante informa que na fábrica de locomotivas de Kolomna, na região de Moscovo, “os trabalhadores acabam de eleger uma nova direcção sindical, escolhendo os novos dirigentes de entre os seus camaradas. O sindicato passou a lutar activamente contra a arbitrariedade patronal. A direcção da fábrica tentou intimidar os militantes com métodos policiais, mas não conseguiu”.